



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

DA RELAÇÃO ENTRE SOCIAL E AMBIENTAL: ELEMENTOS QUE FORTALECEM O DEBATE SOCIOAMBIENTAL PARA O SERVIÇO SOCIAL

ARIEL CRISTINA DE ARAUJO NASCIMENTO¹

RESUMO

A partir da teoria social marxiana que toma-se aqui como referencial teórico-metodológico de investigação, procura-se vincular às discussões da gênese da Questão Social à gênese da Questão Ambiental. O presente trabalho toma como objetivo apresentar a relação entre o modo de produção capitalista (MCP), a crise estrutural do capital e a devastação da natureza em curso, pontuando os elementos centrais dentro da dinâmica das categorias do método materialista histórico dialético. Posteriormente, e como considerações finais, expõe elementos que fortalecem a necessidade do debate no seio da categoria profissional de Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Questão Social. Questão ambiental. Formação Sócio Histórica do Brasil. Serviço Social.

RESUMEN

Con base en la teoría social marxiana, que aquí se toma como referente teórico-metodológico para la investigación, buscamos vincular las discusiones sobre la génesis de la Cuestión Social con la génesis de la Cuestión Ambiental. El presente trabajo tiene como objetivo presentar la relación entre el modo de producción capitalista (MCP), la crisis estructural del capital y la devastación en curso de la naturaleza, destacando los elementos centrales dentro de la dinámica de las categorías del método materialista histórico dialéctico. Posteriormente, y como consideraciones finales, se exponen elementos que fortalecen la necesidad de debate dentro de la categoría profesional de Trabajadores Sociales.

Palabras clave: Cuestión social. Cuestión medioambiental. Formación sociohistórica de Brasil. Servicio social.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Estadual do Ceará

Apresentam-se, no presente artigo, algumas das contradições do modo de produção capitalista para a pauta socioambiental. A história do capitalismo é a história da acumulação, por isso também amplia-se em processos predatórios para o homem e para a natureza. Este é um sistema de exploração que versa sobre duas classes antagônicas, em que para a reprodução social de uma, deve haver a exploração da outra, diga-se que esta exploração encontra no trabalho sua centralidade.

É no período da Revolução Industrial (século XIX) que o capital avança nos espaços naturais do nosso planeta, neste mesmo período, quando surgem as primeiras transformações tecnológicas e econômicas, que começaram a alterar de maneira drástica também as relações sociais, a questão social emerge, mas é na fase do capitalismo financeiro, em suas faces do neoliberalismo, que se intensificam os processos destrutivos da natureza. Veja, o avanço do capital sobre a natureza dá-se simultaneamente ao avanço do capital sobre os homens.

O período da Revolução Industrial não só alterou a estrutura social, mas apresentou um impacto profundo sobre a natureza. A expansão industrial, o consequente crescimento das cidades e a exploração intensiva dos recursos naturais resultaram em poluição, degradação ambiental e esgotamento dos recursos.

A partir dessas considerações iniciais, o artigo em questão visa apresentar uma reflexão sobre as relações entre o processo de acumulação capitalista, a crise estrutural do capital e a destruição ambiental em curso. Assim como versa sobre formação sócio histórica do capital, apresenta o que é justiça ambiental e racismo ambiental e vincula o debate à formação profissional de Assistentes Sociais. Para tal reflexão teórica foi necessário realizar trabalho documental e bibliográfico, que indicam não apenas a realidade socioambiental brasileira, como também indicam os motivos que induziram tais condições.

DESENVOLVIMENTO

Ao tratar das expressões postas no tópico de introdução, entende-se que a Questão Ambiental é estreitamente vinculada à Questão Social, porque ambas problemáticas têm origem na formação sócio histórica do Capital, que também transforma a natureza em mercadoria. Seguindo essa dinâmica também as consequências desse movimento (de avanço do capital sobre a natureza) passam a constituir o rito de compra e venda.

Para dar continuidade ao debate da questão socioambiental² e sua relação com o Serviço Social é de extrema relevância que possamos pontuar que a dimensão racial, econômica, política, social, cultural, ideológica e ambiental, são compreendidas como parte de um todo que é complexo e mutável. Por isso, é interessante que toda assistente social esteja atenta às questões não somente no campo da pesquisa, mas também em sua atuação profissional e para ampliação sobre a atuação profissional de Assistentes Sociais: “Articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade” (IAMAMOTO, 2017, p. 55).

Pontua-se a necessidade de apreensão da realidade de produção do valor e dos processos do trabalho para a acumulação do capital, porque visualizar a dinâmica atual da natureza é compreender que o cenário é estruturado pela relação entre capital e trabalho. Por isso, trata da formação social do capitalismo, partindo do movimento do real, porque corresponde a uma realidade ontológica-social cuja relação com a práxis são inelimináveis, trata-se também do pressuposto de uma unidade entre aspectos econômicos e extra econômicos (Santos, 2012).

Além de justificar-se a conexão entre a Questão Social e a Questão Ambiental, quando se analisa como a exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental afetam desproporcionalmente as populações vulneráveis, pode-se identificar diversas comunidades, empobrecidas e marginalizadas, que frequentemente enfrentam maiores impactos ambientais, como poluição do ar e da água, além de ter menos recursos para se adaptar às mudanças ambientais. Nesta perspectiva, julga-se necessário discorrer, minimamente, também sobre justiça ambiental e racismo ambiental, mas a partir deste momento delimita-se as análises apenas para o Brasil, compreendendo que o presente trabalho se propõe apenas a iniciar o debate em questão.

A questão ambiental é latente no Brasil desde a invasão Portuguesa. A relação construída entre homem e natureza é alterada por um processo de mercantilização da mesma, abandonando a relação de ambiente, troca e subsistência, para ingressar na lógica produtivista, de aumento de capital e consumo exacerbado. Vale ressaltar o processo de colonização para a compreensão do assunto em questão, este processo surge com objetivo de atender os interesses econômicos do próprio modo de produção, a respeito disso: “Vimos que a expropriação da massa do povo, que é despojada da sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista” (MARX, 2017, p. 838).

Anualmente, famílias que residem nas periferias do país enfrentam alagamentos e deslizamentos em períodos chuvosos, assim como é aos bairros mais empobrecidos que estão

² Como junção das atividades capitalistas de destruição da natureza.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

destinados o despojo do lixo das grandes cidades. A história de dominação e exploração forjou um país onde a diversidade étnica coexiste com uma realidade desigual: regiões centrais e dinâmicas competem intensamente, enquanto áreas periféricas e marginalizadas lutam para sobreviver.

O conceito de justiça ambiental foi estruturado nos Estados Unidos da América, na década de 1980, e se formula para atender a dinâmica de articulação entre o social, econômico, ambiental e territorial (Achselrad, 2009). O conceito em questão está diretamente ligado às lutas contra o racismo ambiental e a exploração da natureza, apresentando princípios que nenhum grupo de pessoas, em especial aquelas mais vulnerabilizadas, sofram mais intensamente com as consequências ambientais negativas desse modo de produção (Herculano, 2008).

É com a falta de proteção ambiental no Brasil que, historicamente, atinge as populações negras e empobrecidas que reforça a necessidade de ampliar a discussão. Durante a década de 1970, a situação de precariedade no que se refere à natureza, o desmatamento, o consumo desenfreado, as alterações climáticas e etc, passa a ser reconhecida oficialmente por diversos setores da sociedade internacional. Dado o passo do reconhecimento surgem diversas “reações” sobre a chamada crise ambiental, com isso passa-se a buscar alternativas para o enfrentamento desses “problemas”, sem sinalizar os culpados ou as causas.

As instituições financeiras multilaterais vêm ao longo dos últimos 40 anos produzindo documentos como relatório de riscos globais³, que são utilizados como referência para pensar o tipo de desenvolvimento a ser adotado nos países e no Brasil, mas o pensamento hegemônico instaurado entre os representantes ligados aos órgãos oficiais é conservador. Como historicamente ocorre, os argumentos mais apontados em relação às causas da crise ambiental são o excesso da população e seu impacto individual na natureza. No caso brasileiro, a crise econômica convive com uma prolongada crise política no país, e esta crise se apresenta de maneira incisiva no campo (Iamamoto, 2017).

De acordo com Netto e Braz (2007) o modo de produção capitalista, assim como o processo de acumulação é um histórico de crises cíclicas econômicas. É no contexto de crise que duas importantes partes da produção de valor e da riqueza produzida são afetadas: a

³ “O Relatório de Riscos Globais explora alguns dos riscos mais graves que poderemos enfrentar na próxima década, num contexto de rápidas mudanças tecnológicas, incerteza econômica, um planeta em aquecimento e conflitos.” Disponível em: https://reliefweb.int/report/world/global-risks-report-2024-19th-edition-insight-report?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw28W2BhC7ARIsAPerrclec8k12ALrHtVkjZAMX5gNL9ILb7lqv21gVsDuoX54Lgwc7lh_QaAoeUEALw_wcB.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

possibilidade de trabalho e a natureza. Para Marx (2017) o trabalho dá-se na relação entre homem e natureza, onde o primeiro media e transforma o segundo.

Buscando compreender a dinâmica de crises de um único país recorre-se também ao aspecto internacional que este país cumpre. Lênin (2011) utiliza os exemplos dos trustes petrolíferos (que vigoram até hoje) para tratar de Imperialismo, a exemplo disso elabora-se:

Fruto do processo de exportação de capitais e da fase de concentração e centralização do capital nas mãos de pouquíssimas empresas por setor, esses gigantes tornam-se um único capital que pulsa e expira-inspira sua violência dominante sobre todas as regiões do mundo. Os grandes capitais monopolistas ditam as regras econômicas, políticas e culturais da produção material da riqueza, estabelecendo um jogo em que a concorrência por recursos e por apropriação privada da produção social da periferia apresenta-se como parte indissociável da composição de seus capitais, cujas sedes estão nos países centrais (Traspadini; Bueno, 2014, p. 195).

Para tratar da crise do capitalismo durante a década de 1970, período que já situou-se a relevância de ser apresentado, o Estado Brasileiro se reorganiza, seguindo o ritmo internacional, a partir do neoliberalismo. Agora o recorte deste período é justificado para sinalizar o impacto dessa fase para o momento de ascensão do movimento ambientalista, com isso resgata-se da biblioteca básica do Serviço Social, em seu volume sobre economia política, as palavras de José Paulo Netto e Marcelo Braz, que discorrem:

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como os “anos dourados” ou, ainda, as “três décadas gloriosas”. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais: as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento, que mostram-se muito significativas (Netto; Braz, 2007, p. 208).

O mesmo recorte histórico serve para apresentar a devastação da natureza em curso no Brasil. Para SANT'ANA E SILVA (2024) é no decorrer da crise estrutural, inerente ao modo de operar do capital, que a destruição ambiental atenta contra as condições de reprodução da vida social. As autoras também sinalizam que é nesta tendência em que se revela a disposição do capital em avançar sobre a natureza:

Por um lado, através da crescente depredação e privatização dos bens naturais, a fim de alimentar o circuito voraz da produção e do consumo [...],



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e , por outro, da produção exacerbada de dejetos e poluentes diversos. Essa tendência tem acarretado perda da biodiversidade em todos os níveis (água doce, solo, sementes, ar, os mares, a flora e a fauna) e diminuição da capacidade de recomposição dos ciclos vitais (SILVA E SANT'ANA, in: SANT'ANA, Raquel Santos, et al, 2024, p. 48).

Para tratar da questão na contemporaneidade apresenta-se que o Brasil, em sua extensão territorial e rica biodiversidade, enfrenta desafios significativos relacionados a queimadas e desmatamentos⁴. Para a situação das queimadas diversos fatores podem ser elencados, por exemplo durante o ano de 2023 e início de 2024 o El Niño e as mudanças climáticas foram um dos responsáveis pela seca no bioma da Amazônia, e a seca por sua vez favorece as queimadas naturais⁵. Mas outros fatores podem resultar nas queimadas, como recentemente, que não apenas atingiram os biomas da Amazônia e o Pantanal, como se espalharam por 10 estados brasileiros⁶. Neste último cenário, a Polícia Federal já abriu mais de 30 inquéritos para tratar da situação das queimadas e investiga-se a possibilidade de incêndios criminosos⁷, mas avalia-se aqui que apesar das ações humanas serem as responsáveis pelo ocorrido, não se distancia de todo o percurso desenvolvido na presente pesquisa, compreende-se que as ações são direcionadas por latifundiários e grileiros, porque tem interesse em fazer da terra uma mercadoria.

Para tratar do desmatamento avalia-se também uma íntima relação com os interesses do capital, por entender que o Brasil cumpre um papel no contexto internacional do capitalismo, um dos motivos que justificam a ocorrência do desmatamento é a ampliação agropecuária⁸, assim como a criação de hidrelétricas e mineração. A agropecuária também é responsável pelo agravamento da fome durante os últimos anos, a destruição da floresta amazônica foi e continua

⁴ Segundo o IBGE, 90% dos municípios apresentam situações de calamidade ambiental, sendo estes os mais relatados.

⁵ Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/podcast/2024/08/29/queimadas-na-amazonia-por-que-o-problema-e-recorrente>>.

⁶ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/08/6930742-fumaca-das-queimadas-se-espalha-pelo-brasil-e-pode-atingir-10-estados.htm>>.

⁷ Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/pf-abre-33-inqueritos-sobre-incendios-no-pais-e-apura-acao-coordenada-em-sp/>>.

⁸ Mapbiomas revela que a devastação cresceu 20% em todos os biomas e se concentrou em fronteiras de expansão agropecuária. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021>>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sendo criminosa, e por muito tempo ocorreu com aval do Estado, que não só segue tratando a terra como mercadoria, como nunca assumiu o compromisso de estabelecer a reforma agrária. O desmatamento afeta as populações que habitam nos territórios devastados e também prejudica os ecossistemas, podendo inclusive influenciar nas alterações do clima e dos ciclos de chuvas.

As crises tratadas até aqui estão em curso para expandir o capital, todos os argumentos expostos influenciam nas realidades de povos e comunidades tradicionais, afetando diretamente a saúde, a moradia e a espiritualidade dos mesmos. A devastação e destruição da natureza, em níveis internacionais e nacionais, se apresenta de maneira complexa, sobretudo quando pensamos o assunto partindo da historicidade do mesmo e das contradições. É necessário a ampliação e aplicação das políticas públicas para que operem de maneira eficaz, esse é um passo essencial para garantir a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida da população, sobretudo das populações que dependem do convívio direto com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de relacionar modo de produção capitalista, gênese da questão social e ambiental, crises e devastação da natureza pontuamos as considerações persistentes, compreendendo que muito longe de encerrar as possibilidades de escrita, avaliação e compreensão do debate, propõe-se as considerações apenas em decorrência dos limites cabíveis aos objetivos sinalizados no início do presente artigo.

O Serviço Social estabelece, através do código de ética uma relação de resistência enquanto classe trabalhadora e de defesa desta mesma classe. Resgatar esse compromisso nesse contexto de avanço do capital sobre a vida biodiversa e sobre as populações marginalizadas é tarefa essencial.

A gênese da Questão Social e da Questão Ambiental estão interligadas por uma série de fatores históricos, econômicos e sociais. É também por isso que reafirma-se a necessidade de ampliar a discussão para a categoria profissional de Assistentes Sociais. Para Bertolo e Araújo, para os casos de rompimento das barragens:

O Serviço Social apresenta uma atuação profissional que imprima, na relação com as comunidades atingidas, com os movimentos sociais, com as mineradoras e seus aparatos operacionais de “responsabilidade social”, e com o poder público - nas esferas municipal e do Judiciário- seus saberes, bem como sua posição ético-política e intervenção socialmente referenciada, tais como assumidas no Código de Ética Profissional (1993) e na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social (ARAÚJO, BERTOLLO, in SANT’ANA, 2024, p. 175).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A conjuntura atual sinaliza que não apenas teremos mais situações agravadas no que diz respeito à pauta socioambiental, como também se darão, cada vez mais, de maneira mais complexa, necessitando de maior atenção e preparo da categoria profissional de Assistentes Sociais. Seguindo nesta perspectiva, a luta por demarcação de terras, assim como o fortalecimento dos movimentos sociais e o enfrentamento do conservadorismo e do neoliberalismo apresentam-se como ferramentas necessárias ao Serviço Social, por se tratar da garantia de justiça social e ambiental. Além disso, debater segurança alimentar e os rastros da mineração, que são questões recentemente tratadas pelo CFESS, também desempenham um papel fundamental para a qualificação de Assistentes Sociais formadas ou em formação.

Nas palavras de Daniella de S. Santos Néspoli e Elizângela Cardoso de Araújo Silva:

A recuperação da memória de resistência nos dá a possibilidade de nos nutrir da força vital de lutas travadas pelos nossos antepassados, reconhecendo os caminhos percorridos para defender a ancestralidade dos modos de vida, tradições, culturas de resistência e garantir a existência de futuras gerações. Essa trajetória nos indica estratégias para enfrentar o avanço do capitalismo no campo e a ofensiva do agronegócio que vêm criando um cenário de genocídio, perseguição e violência contra lideranças e populações indígenas e quilombolas (NÉSPOLI, SILVA, in SANT'ANA, 2024, p. 133).

Portanto reapresenta-se aqui, em última instância do desenvolvimento deste trabalho, a perspectiva desenvolvida no decorrer do corpo do texto como um posicionamento político que busca evidenciar problemáticas, apresentar dados e sinalizar possibilidades reais e críticas para o enfrentamento da questão. A importância do Serviço Social neste contexto e no envolvimento deste debate é essencial para a compreensão crítica da atual realidade e na garantia de direitos dos e das usuárias que irão atravessar os espaços sócio ocupacionais. Assim, deve-se ampliar as discussões em salas de aulas, seja no ensino básico ou no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; LUSA, Mailis Garibotti; CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; SILVA, Matheus Thomaz da. **Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. Katálysis., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00514.pdf>

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 3, n. 1, p. 1-20. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **80 anos de Serviço Social no Brasil: a certeza na frente a história na mão**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 13-38, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Apres: Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas: Unicamp, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro 1: processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, 14, 1983.

MOTA, Ana Elizabete. **“Questão social” e Serviço Social: um debate necessário**. In: MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo. Cortez. 2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1978.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANT’ANA, Raquel Santos; SILVA, Maria das Graças e; LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. (org.) **Crise socio-ambiental e Serviço Social**. São Paulo, Cortez: 2024.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social. v.6).

TRASPADINI, Roberta. BUENO, Fábio Marvulle. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. **Rebela**, v.4, n.2, p. 186-204, mai./ago. 2014.